

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
CONSELHO DE MINISTROS DA BÓSNIA-HERZEGOVINA
SOBRE A ISENÇÃO PARCIAL DE VISTOS**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Conselho de Ministros da Bósnia-Herzegovina
(doravante denominados as “Partes”),

Desejando fortalecer os laços de amizade e cooperação entre os dois países;

Reconhecendo a necessidade de facilitar as viagens de seus nacionais entre os territórios de ambos os países,

Acordam o seguinte:

Artigo 1

1. Os nacionais das Partes, portadores de passaportes nacionais válidos, estarão isentos de visto para entrar, sair, transitar e permanecer no território do Estado da outra Parte para fins de turismo, férias ou negócios por um período máximo de noventa (90) dias, desde que o prazo total de estada não exceda a cento e oitenta (180) dias por ano, contados da primeira entrada.
2. Os nacionais das Partes, beneficiados por este Acordo, não terão, apenas em função deste Acordo, o direito de desempenhar qualquer atividade empregatícia ou desenvolver atividade remunerada durante a estada no território da outra Parte.

3. O termo fins de negócios mencionado neste artigo se refere aos indivíduos que visitem o território da outra Parte com o propósito de participar de encontros de negócios, negociar contratos, discutir projetos, bem como realizar outras atividades que não caracterizem trabalho remunerado ou emprego.

4. Os nacionais de qualquer das Partes, portadores de passaportes nacionais válidos, devem obter os vistos apropriados segundo a legislação da outra Parte se: pretendem permanecer no território da outra Parte por período superior a noventa (90) dias ou desempenhar qualquer atividade remunerada ou empregatícia.

Artigo 2

Os nacionais mencionados neste Acordo podem entrar, transitar e sair do território da outra Parte através de qualquer fronteira aberta ao tráfego internacional de passageiros.

Artigo 3

1. Os nacionais das Partes respeitarão as leis e os regulamentos vigentes no território da outra Parte durante sua estada.

2. Toda modificação nas leis e regulamentos nacionais concernentes à entrada, saída, trânsito e estada de estrangeiros deverá ser comunicada à outra Parte com a brevidade possível, por via diplomática.

Artigo 4

As Partes readmitirão seus nacionais nos territórios de seus respectivos Estados sem formalidades ou despesas adicionais.

Artigo 5

Este Acordo não cerceia o direito de cada Parte de recusar a entrada ou abreviar a permanência de cidadãos da outra Parte considerados indesejáveis.

Artigo 6

1. As Partes intercambiarão, por via diplomática, exemplares de seus passaportes válidos, mencionados neste Acordo, no prazo máximo de trinta (30) dias após a data de assinatura deste Acordo.

2. Caso haja introdução de novos passaportes ou modificação dos existentes, as Partes intercambiarão, por via diplomática, exemplares de seus novos passaportes, acompanhados de informação pormenorizada sobre suas características e utilização, com a antecedência mínima de trinta (30) dias antes de entrarem em circulação.

Artigo 7

1. Por razões de segurança pública, ordem pública ou saúde pública, qualquer das Partes poderá suspender a aplicação deste Acordo total ou parcialmente.

2. A suspensão será notificada à outra Parte por via diplomática no mais breve prazo possível, bem como o fim de tal suspensão.

Artigo 8

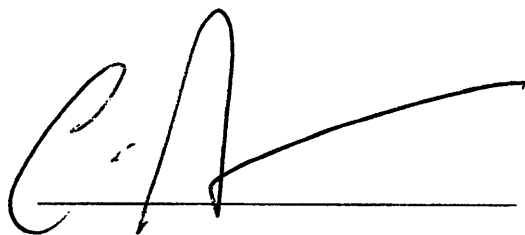
1. Este Acordo será válido por tempo indeterminado e entrará em vigor 30 (trinta) dias a partir da data de recebimento da segunda nota diplomática em que uma Parte informa à outra do cumprimento dos respectivos requisitos legais internos para sua entrada em vigor.

2. Este Acordo poderá ser modificado ou emendado mediante consentimento mútuo entre as Partes, formalizado por via diplomática. As modificações e emendas entrarão em vigor nos termos do parágrafo 1 deste artigo.

3. Qualquer uma das Partes poderá denunciar o presente Acordo por via diplomática, a qualquer tempo. A denúncia terá efeito 90 (noventa) dias após a data de recebimento da notificação da outra Parte.

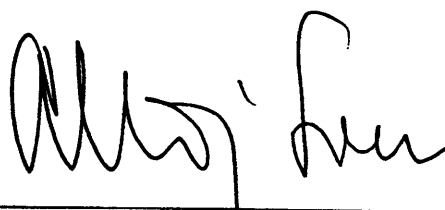
Feito em Sarajevo, em 19 de junho de 2010, em dois exemplares originais, cada um em português, nos idiomas oficiais da Bósnia-Herzegovina (bósnio, croata, sérvio) e em inglês. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'C' followed by a long horizontal stroke that extends to the right.

Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

PELO CONSELHO DE MINISTROS DA
BÓSNIA-HERZEGOVINA

A handwritten signature in black ink, featuring a series of loops and a long horizontal stroke at the end.

Sven Alkalaj
Ministro dos Negócios Estrangeiros

**AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC
OF BRAZIL AND THE COUNCIL OF MINISTERS OF BOSNIA AND HERZEGOVINA
ON PARTIAL EXEMPTION OF VISA REQUIREMENTS**

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Council of Ministers of Bosnia and Herzegovina
(hereinafter referred to as the "Parties"),

Desiring to strengthen the bonds of friendship and co-operation between the two
countries;

Recognizing the need to facilitate travels into each others territory by nationals of
both countries,

Have agreed as follows:

Article 1

1. Nationals of either Party, holders of a valid national passports, shall be exempt from visa requirements to enter, leave, transit through and stay in the territory of the State of the other Party for purposes of tourism, vacation or business for a period not exceeding ninety (90) days, provided the total length of stay shall not exceed one hundred and eighty (180) days per year, from the first entry.

2. Nationals of either Party, who benefit from this Agreement, shall not be entitled, merely by virtue of this Agreement, to hold any employment or to carry out any remunerated activity during the stay in the territory of the other Party.

3. The business purposes mentioned in this article refers to the individuals visiting the territory of the other Party with the purpose of attending business meetings, negotiating contracts, discussing projects, as well as carrying out other activities that do not characterize remunerated activities or employment.

4. Nationals of either Party, holders of a valid national passport, must obtain the appropriate visa according to the legislation of the other Party if they intend to stay in the territory of the other Party for a period exceeding ninety (90) days or to carry out any remunerated activity or employment.

Article 2

Nationals mentioned in this Agreement may enter, transit through and leave the territory of the other Party at all border-crossing points open to international passenger traffic.

Article 3

1. Nationals of either Party shall comply with the laws and regulations in force in the territory of the other Party, during their stay.

2. The Parties shall, as soon as possible, mutually inform each other through diplomatic channels of any change in their respective laws and regulations concerning entry, transit, stay and departure of foreigners.

Article 4

The Parties shall readmit their nationals into the territories of their respective States without any additional formalities or expenses.

Article 5

This Agreement does not curtail the right of either Party to deny entry or to shorten the stay of citizens of the other Party considered undesirable.

Article 6

1. The Parties shall exchange, through diplomatic channels, specimens of their valid passports, mentioned in this Agreement, no later than thirty (30) days after the date of signature of this Agreement
2. In case of introduction of new passports or modification of the existing ones, the Parties shall convey to each other, through diplomatic channels, specimens of these passports, accompanied by detailed information on their specifications and applicability, not later than thirty (30) days prior to its application.

Article 7

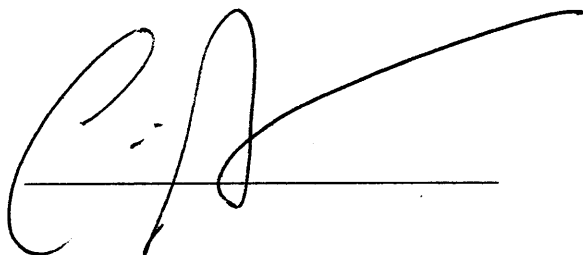
1. For reasons of security, public order or public health, either Party may suspend the application of this Agreement in whole or in part.
2. The suspension shall be notified to the other Party through diplomatic channels at the earliest possible time, as well as the end of such a suspension

Article 8

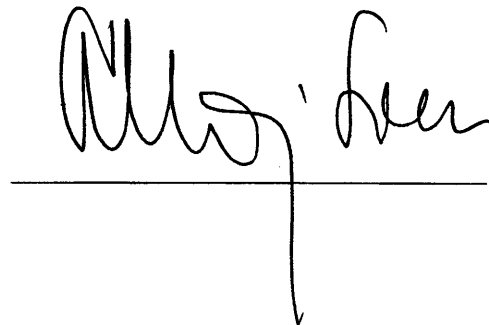
1. This Agreement shall be valid for an indefinite period and shall enter into force 30 (thirty) days from the date of the receipt of the second diplomatic note in which the Parties inform each other that the national legal requirements for entry into force of this Agreement have been met.
2. This Agreement may be modified or amended by mutual consent between, formally expressed through diplomatic channels. The modifications or amendments shall enter into force as mentioned in paragraph 1 of this article.
3. Each of the Parties may, at any time, denounce this Agreement through diplomatic channels. The denunciation shall be effective 90 (ninety) days after the date of the notification.

Done at Sarajevo, on 19th of June 2010, in two original, each one in the official languages of Portuguese, Bosnia and Herzegovina (Bosnian, Croatian, Serbian) and English languages. In case of any divergence of interpretation, the English text shall prevail.

FOR THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

A stylized handwritten signature in black ink, consisting of a large 'C' followed by a series of loops and a long horizontal stroke extending to the right, positioned above a horizontal line.

FOR THE COUNCIL OF MINISTERS OF
BOSNIA AND HERZEGOVINA

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Alija Isakovic' in a cursive script, positioned above a horizontal line.

***SPORAZUM IZMEĐU
VIJEĆA MINISTARA BOSNE I HERCEGOVINE I
VLADE FEDERATIVNE REPUBLIKE BRAZIL
O DJELIMIČNOM UKIDANJU VIZA***

Vijeće ministara Bosne i Hercegovine

i

Vlada Federativne Republike Brazil
(u daljem tekstu: „Strane“),

Sa željom da se ojačaju prijateljske veze i saradnja između dvije države,

Prepoznavajući potrebu da se omogući stanovnicima obje države da putuju u jednu i u drugu državu,

Dogovorili su slijedeće:

Član 1

1. Državljeni svake Strane, koji posjeduju važeće nacionalne pasoše, izuzimaju se od potrebe pribavljanja viza za ulazak, izlazak, tranzit i boravak na teritoriji države druge Strane u cilju turističkog putovanja, odmora ili poslovnog putovanja na period koji neće prelaziti devedeset (90) dana, s tim da ukupna dužina boravka ne prelazi stotinu i osamdeset (180) dana godišnje, od prvog ulaska u zemlju.
2. Državljeni obje Strane koji će uživati pogodnosti ovog Sporazuma neće imati pravo na osnovu ovog Sporazuma, da se zaposle ili da ostvare bilo kakvu naknadu za vrijeme njihovog boravka na teritoriji druge države.
3. Poslovna putovanja koja se spominju u ovom Članu, odnose se na one pojedince koji su u posjeti drugoj Strani s ciljem da prisustvuju poslovnim sastancima, kontaktima u pregovorima, razgovorima o projektima, kao i ostalim aktivnostima koji ne karakterišu plaćena aktivnost ili zaposlenje.
4. Državljeni obje Strane koji posjeduju važeće nacionalne pasoše moraju dobiti odgovarajuću vizu u skladu sa zakonom druge Strane ukoliko imaju namjeru da ostanu na teritoriji te druge Strane u periodu koji prelazi 90 (devedeset) dana ili ako imaju namjeru da ostvare bilo kakvu plaćenu aktivnost ili zaposlenje.

Član 2

Državljeni koji se spominju u ovom Sporazumu mogu ući, proći kroz i napustiti teritorij druge države na svim graničnim prelazima koji su otvoreni za međunarodni putnički saobraćaj.

Član 3

1. Državljeni svake Strane će se za vrijeme svog boravka na teritoriju druge države pridržavati zakona i propisa koji su na snazi u toj državi.
2. Strane će, što je moguće prije, obostrano obavijestiti jedna drugu diplomatskim kanalima, o svakoj izmjeni svojih pojedinačnih zakona i propisa koji se odnose na ulazak, tranzit i odlazak stranaca.

Član 4

Strane će ponovo prihvatiti svoje državljane na teritorije svojih pojedinačnih država bez ikakvih dodatnih formalnosti ili troškova.

Član 5

Ovaj Sporazum ne oduzima pravo svakoj Strani da uskrati ulazak ili da skрати boravak onim građanima druge države koji se smatraju nepoželjnim.

Član 6

1. Strane će, putem svojih diplomatskih kanala, razmjeniti uzorke njihovih važećih pasoša koji se spominju u ovom Sporazumu ne kasnije od 30 (trideset) dana nakon datuma potpisivanja ovog Sporazuma.
2. U slučaju uvođenja novih pasoša ili nekih izmjena na postojećim pasošima, Strane će jedna drugoj diplomatskim kanalima dostaviti uzorke tih pasoša sa detaljnim informacijama o njihovim specifikacijama i primjenjivosti, ne kasnije od 30 (trideset) dana prije njihove upotrebe.

Član 7

1. Iz razloga bezbjednosti, javnog reda ili javnog zdravstva, svaka Strana može suspendovati primjenu ovog Sporazuma u cjelosti ili samo djelimično.
2. Druga Strana će biti obaviještena o suspenziji putem diplomatskih kanala u najranijem mogućem vremenu, kao i o prestanku takve suspenzije.

Član 8

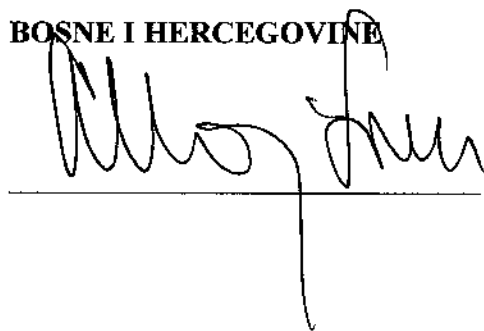
1. Ovaj Sporazum ima neograničeno važenje i stupiće na snagu 30 (trideset) dana od datuma prijema druge diplomatske note u kojoj Strane informišu jedna drugu da su se ispunili nacionalni pravni zahtjevi u cilju stupanja na snagu ovog Sporazuma.

2. Ovaj Sporazum može biti izmjenjen ili dopunjen obostranim pristankom koji će biti formalno iskazan putem diplomatskih kanala. Izmjene ili dopune će stupiti na snagu na način kako je to rečeno u Stavu 1. ovog Člana.
3. Svaka Strana može u svako doba otkazati ovaj Sporazum putem diplomatskih kanala. Otkazivanje će stupiti na snagu 90 (devedeset) dana po prijemu obavještenja.

Sačinjeno u Sarajevu, dana _____ 2010.godine u dva originala, svaki na službenim jezicima Bosne i Hercegovine (bosanski, hrvatski i srpski jezik), portugalskom i engleskom jeziku. U slučaju neslaganja u tumačenju, prevladaće engleska verzija Sporazuma.

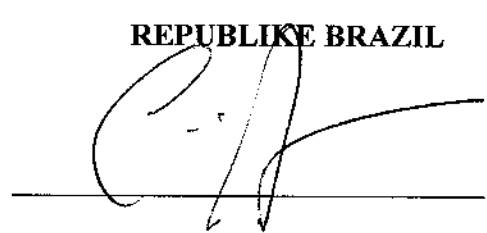
ZA VIJEĆE MINISTARA

BOSNE I HERCEGOVINE



ZA VLADU FEDERALNE

REPUBLIKE BRAZIL



**СПОРАЗУМ ИЗМЕЂУ
САВЈЕТА МИНИСТАРА БОСНЕ И ХЕРЦЕГОВИНЕ И
ВЛАДЕ ФЕДЕРАТИВНЕ РЕПУБЛИКЕ БРАЗИЛ
О ДЈЕЛИМИЧНОМ УКИДАЊУ ВИЗА**

Савјет министара Босне и Херцеговине

и

Влада Федеративне Републике Бразил
(у даљем тексту: „Стране“),

Са жељом да се ојачају пријатељске везе и сарадња између двије државе,

Препознавајући потребу да се омогући становницима обје државе да путују у једну и у другу државу,

Договорили су слиједеће:

Члан 1

1. Држављани сваке Стране, који посједују важеће националне пасоше, изузимају се од потребе прибављања виза за улазак, излазак, транзит и боравак на територији државе друге Стране у циљу туристичког путовања, одмора или пословног путовања на период који неће прелазити деведесет (90) дана, с тим да укупна дужина боравка не прелази стотину и осамдесет (180) дана годишње, од првог уласка у земљу.
2. Држављани обје Стране који ће уживати погодности овог Споразума неће имати право на основу овог Споразума, да се запосле или да остваре било какву накнаду за вријеме њиховог боравка на територији друге државе.
3. Пословна путовања која се спомињу у овом Члану, односе се на оне појединце који су у посјети другој Страни с циљем да присуствују пословним састанцима, контактима у преговорима, разговорима о пројектима, као и осталим активностима који не карактеришу плаћена активност или запослење.
4. Држављани обје Стране који посједују важеће националне пасоше морају добити одговарајућу визу у складу са законом друге Стране уколико имају намјеру да остану на територији те друге Стране у периоду који прелази 90 (деведесет) дана или ако имају намјеру да остваре било какву плаћену активност или запослење.

Члан 2

Држављани који се спомињу у овом Споразуму могу ући, проћи кроз и напустити територију друге државе на свим граничним прелазима који су отворени за међународни путнички саобраћај.

Члан 3

1. Држављани сваке Стране ће се за вријеме свог боравака на територију друге државе придржавати закона и прописа који су на снази у тој држави.
2. Стране ће, што је могуће прије, обострано обавијестити једна другу дипломатским каналима, о свакој измјени својих појединачних закона и прописа који се односе на улазак, транзит и одлазак странаца.

Члан 4

Стране ће поново прихватити своје држављане на територије својих појединачних држава без икаквих додатних формалности или трошкова.

Члан 5

Овај Споразум не одузима право свакој Страни да ускрати улазак или да скрати боравак оним грађанима друге државе који се сматрају непожељнима.

Члан 6

1. Стране ће, путем својих дипломатских канала, размјенити узорке њихових важећих пасоша који се спомињу у овом Споразуму не касније од 30 (тридесет) дана након датума потписивања овог Споразума.
2. У случају увођења нових пасоша или неких измјена на постојећим пасошима, Стране ће једна другој дипломатским каналима доставити узорке тих пасоша са детаљним информацијама о њиховим спецификацијама и примјењивости, не касније од 30 (тридесет) дана прије њихове употребе.

Члан 7

1. Из разлога безбједности, јавног реда или јавног здравства, свака Страна може суспендовати примјену овог Споразума у цјелости или само дјелимично.
2. Друга Страна ће бити обавијештена о суспензији путем дипломатских канала у најранијем могућем времену, као и о престанку такве суспензије.

Члан 8

1. Овај Споразум има неограничено важење и ступиће на снагу 30 (тридесет) дана од датума пријема друге дипломатске ноте у којој Стране информишу једна другу да су се испунили национални правни захтјеви у циљу ступања на снагу овог Споразума.
2. Овај Споразум може бити измјењен или допуњен обостраним пристанком који ће бити формално исказан путем дипломатских канала. Измјене или допуне ће ступити на снагу на начин како је то речено у Ставу 1. овог Члана.
3. Свака Страна може у свако доба отказати овај Споразум путем дипломатских канала. Отказивање ће ступити на снагу 90 (деведесет) дана по пријему обавјештења.

Сачињено у Сарајеву, дана _____ 2010.године у два оригинала, сваки на службеним језицима Босне и Херцеговине (босански, хрватски и српски језик), португалском и енглеском језику. У случају неслагања у тумачењу, превладаће енглеска верзија Споразума.

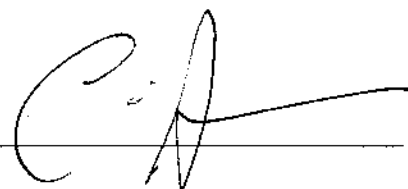
ЗА ВИЈЕЋЕ МИНИСТРА

БОСНЕ И ХЕРЦЕГОВИНЕ



ЗА ВЛАДУ ФЕДЕРАЛНЕ

РЕПУБЛИКЕ БРАЗИЛ



***SPORAZUM IZMEĐU
VIJEĆA MINISTARA BOSNE I HERCEGOVINE I
VLADE FEDERATIVNE REPUBLIKE BRAZIL
O DJELIMIČNOM UKIDANJU VIZA***

Vijeće ministara Bosne i Hercegovine

i

Vlada Federativne Republike Brazil
(u daljem tekstu: „Strane“),

Sa željom da se ojačaju prijateljske veze i suradnja između dvije države,

Prepoznavajući potrebu da se omogući stanovnicima obje države da putuju u jednu i u drugu državu,

Dogovorili su slijedeće:

Članak 1

1. Državljeni svake Strane, koji posjeduju važeće nacionalne putovnice, izuzimaju se od potrebe pribavljanja viza za ulazak, izlazak, tranzit i boravak na teritoriji države druge Strane u cilju turističkog putovanja, odmora ili poslovnog putovanja na period koji neće prelaziti devedeset (90) dana, s tim da ukupna dužina boravka ne prelazi stotinu i osamdeset (180) dana godišnje, od prvog ulaska u zemlju.
2. Državljeni obje Strane koji će uživati pogodnosti ovog Sporazuma neće imati pravo na osnovu ovog Sporazuma, da se zaposle ili da ostvare bilo kakvu naknadu za vrijeme njihovog boravka na teritoriji druge države.
3. Poslovna putovanja koja se spominju u ovom Članku, odnose se na one pojedince koji su u posjeti drugoj Strani s ciljem da prisustvuju poslovnim sastancima, kontaktima u pregovorima, razgovorima o projektima, kao i ostalim aktivnostima koji ne karakteriziraju plaćena aktivnost ili zaposlenje.
4. Državljeni obje Strane koji posjeduju važeće nacionalne putovnice moraju dobiti odgovarajuću vizu u skladu sa zakonom druge Strane ukoliko imaju namjeru da ostanu na teritoriji te druge Strane u periodu koji prelazi 90 (devedeset) dana ili ako imaju namjeru da ostvare bilo kakvu plaćenu aktivnost ili zaposlenje.

Članak 2

Državljeni koji se spominju u ovom Sporazumu mogu ući, proći kroz i napustiti teritorij druge države na svim graničnim prelazima koji su otvoreni za međunarodni putnički saobraćaj.

Članak 3

1. Državljeni svake Strane će se za vrijeme svog boravka na teritoriju druge države pridržavati zakona i propisa koji su na snazi u toj državi.
2. Strane će, što je moguće prije, obostrano obavijestiti jedna drugu diplomatskim kanalima, o svakoj izmjeni svojih pojedinačnih zakona i propisa koji se odnose na ulazak, tranzit i odlazak stranaca.

Članak 4

Strane će ponovo prihvatiti svoje državljane na teritorije svojih pojedinačnih država bez ikakvih dodatnih formalnosti ili troškova.

Članak 5

Ovaj Sporazum ne oduzima pravo svakoj Strani da uskrati ulazak ili da skрати boravak onim građanima druge države koji se smatraju nepoželjnim.

Članak 6

1. Strane će, putem svojih diplomatskih kanala, razmjeniti uzorke njihovih važećih putovnica koji se spominju u ovom Sporazumu ne kasnije od 30 (trideset) dana nakon datuma potpisivanja ovog Sporazuma.
2. U slučaju uvođenja novih putovnica ili nekih izmjena na postojećim putovnicama, Strane će jedna drugoj diplomatskim kanalima dostaviti uzorke tih putovnica sa detaljnim informacijama o njihovim specifikacijama i primjenjivosti, ne kasnije od 30 (trideset) dana prije njihove uporabe.

Članak 7

1. Iz razloga bezbjednosti, javnog reda ili javnog zdravstva, svaka Strana može suspendirati primjenu ovog Sporazuma u cjelosti ili samo djelimično.
2. Druga Strana će biti obaviještena o suspenziji putem diplomatskih kanala u najranijem mogućem vremenu, kao i o prestanku takve suspenzije.

Članak 8

1. Ovaj Sporazum ima neograničeno važenje i stupiće na snagu 30 (trideset) dana od datuma prijema druge diplomatske note u kojoj Strane informišu jedna drugu da su se ispunili nacionalni pravni zahtjevi u cilju stupanja na snagu ovog Sporazuma.

2. Ovaj Sporazum može biti izmjenjen ili dopunjen obostranim pristankom koji će biti formalno iskazan putem diplomatskih kanala. Izmjene ili dopune će stupiti na snagu na način kako je to rečeno u Stavku 1. ovog Članka.
3. Svaka Strana može u svako doba otkazati ovaj Sporazum putem diplomatskih kanala. Otkazivanje će stupiti na snagu 90 (devedeset) dana po prijemu obavještenja.

Sačinjeno u Sarajevo, dana _____ 2010.godine u dva izvornika, svaki na službenim jezicima Bosne i Hercegovine (bosanski, hrvatski i srpski jezik), portugalskom i engleskom jeziku. U slučaju neslaganja u tumačenju, prevladaće engleska verzija Sporazuma.

ZA VIJEĆE MINISTARA

BOSNE I HERCEGOVINE



ZA VLADU FEDERALNE

REPUBLIKE BRAZIL

